



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Centro Biomédico**

**Faculdade de Enfermagem**

**Amanda Franco Capulot**

**Mapeamento da formação técnica de Enfermagem no estado do Rio  
de Janeiro: um estudo seccional**

**Rio de Janeiro**

**2023**

Amanda Franco Capulot

**Mapeamento da formação técnica de Enfermagem no estado do Rio de Janeiro: um estudo seccional**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Enfermagem, Saúde e Sociedade.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Helena Maria Scherlowski Leal David

Rio de Janeiro  
2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CB/B

C255 Capulot, Amanda Franco.  
Mapeamento da formação técnica de Enfermagem no estado do Rio de Janeiro : um estudo seccional / Amanda Franco Capulot. – 2023.  
54 f.

Orientadora: Helena Maria Scherlowski David  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Enfermagem.

1. Técnicos de Enfermagem - Educação. 2. Instituições acadêmicas. I. David, Helena Maria Scherlowski Leal. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Enfermagem. III. Título.

CDU  
614.253.5

Bibliotecária: Adriana Caamaño CRB7/5235

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Amanda Franco Capulot

**Mapeamento da formação técnica de Enfermagem no estado do Rio de Janeiro: um estudo seccional**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Enfermagem, Saúde e Sociedade.

Aprovada em 31 de agosto de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Helena Maria Scherlowski Leal David (Orientadora)  
Faculdade de Enfermagem – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Rocineide Ferreira da Silva  
Universidade Estadual do Ceará

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Magda Guimarães de Araujo Faria  
Faculdade de Enfermagem – UERJ

Rio de Janeiro

2023

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pelos livramentos cotidianos, pela rede de pessoas que colocou ao meu lado e que contribuíram para minha formação, por treinar em mim a escuta e os sentidos e por me permitir trilhar o caminho da pesquisa.

Aos minha mãe Janaína Capulot e ao meu pai Marcos Capulot pela minha vida, pela minha formação, pelos exemplos de luta e garra em meios as dificuldades, pela intercessão nos momentos de angústia, pelo amor que é me dado.

Ao meu esposo, Renan Camargo, pela dedicação e pelo cuidado, por deixar meus dias menos densos e por ter consciência das conquistas advindas da minha formação.

Ao meu irmão, Cesar Augusto Capulot por acreditar no meu potencial, e vibrar com minhas conquistas e pela parceria que temos construído ao longo da vida.

À minha tia Saionara Franco, sempre presente me incentivando a seguir pelo caminho dos estudos, pelo exemplo vivo de seguir pelo caminho da educação.

À minha avó Alair, que sempre vibra com minhas conquistas e pela alegria que em mim dispara ao saber que tenho sido sustentada por suas orações.

Ao meu amigo Rogério, pela amizade, por escutar meus anseios, pela transparência da nossa amizade, por acompanhar minha trajetória por todo esse tempo, por estar sempre disponível às minhas questões e me ajudar.

Ao grupo de pesquisa “Configurações do trabalho, saúde dos trabalhadores e Enfermagem no Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro”, pelos potentes encontros, pelos produtos e pelo conhecimento compartilhado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, pelo apoio para a realização do presente trabalho.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Helena Maria Scherlowski Leal David, por ser inspiração, por sempre acreditar no meu potencial, por incentivar meu desenvolvimento acadêmico, pelo estímulo necessário nos momentos em que tudo parecia muito difícil e pela confiança em mim depositada.

Para mim, é impossível existir sem sonho. A vida na sua totalidade me ensinou como grande lição que é impossível assumi-la sem risco.

*Paulo Reglus Neves Freire*

## RESUMO

CAPULOT, Amanda Franco. **Mapeamento da formação técnica de Enfermagem no estado do Rio de Janeiro**: um estudo seccional. 2023. 54 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este estudo tem como objetivo mapear a formação do técnico em enfermagem (TE) no estado do Rio de Janeiro, analisando a distribuição dos cursos nos municípios. Os objetivos específicos são identificar as principais regiões e municípios que oferecem a formação técnica em enfermagem, quantificar o número médio de estudantes técnicos de enfermagem no estado e coletar dados das instituições através de ligação telefônica. Foram contactadas no estudo 372 instituições técnicas, sendo que 291 delas oferecem a formação técnica em enfermagem, e as demais não, embora constantes do cadastro. Os dados foram coletados entre outubro de 2022 e fevereiro de 2023. Esta dissertação faz parte de um projeto interinstitucional com o Instituto de Medicina Social da UERJ e seguiu as normas éticas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde. Os resultados mostram que existem 714 instituições de ensino técnico no Estado do Rio de Janeiro cadastradas, e informa-se que 39% delas oferecem a formação técnica em enfermagem. Das 372 instituições contactadas, 72% são privadas e 28% são públicas. Em 40% dos Municípios do estado não há instituições formadoras de TE, sendo que a cidade do Rio de Janeiro concentra a maior oferta de instituições formadoras. Os 10 municípios com a maior quantidade de cursos TE revelam a concentração da oferta educacional na região metropolitana do estado, o que contribui para a reprodução de desigualdades socio-regionais.

Palavras-chave: Enfermagem. Formação Técnica. Instituições de ensino.

## ABSTRACT

CAPULOT, Amanda Franco. **Mapping technical nursing training in the state of Rio de Janeiro: a cross-sectional study**. 2023. 54 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This study aims to map the training of nursing technicians (TE) in the state of Rio de Janeiro, analyzing the distribution of courses in municipalities. The specific objectives are to identify the main regions and municipalities that offer technical training in nursing, quantify the average number of technical nursing students in the state, and collect data from institutions through phone calls. In the study, 372 technical institutions were contacted, of which 291 offer technical training in nursing, while the others do not, although they are listed in the registry. The data was collected between October 2022 and February 2023. This dissertation is part of an interinstitutional project with the Institute of Social Medicine at UERJ and followed the ethical norms established by the National Health Council. The results show that there are 714 registered technical education institutions in the state of Rio de Janeiro, and it is reported that 39% of them offer technical training in nursing. Of the 372 institutions contacted, 72% are private and 28% are public. In 40% of the municipalities in the state, there are no TE training institutions, with the city of Rio de Janeiro having the highest number of training institutions. The 10 municipalities with the highest number of TE courses reveal the concentration of educational offerings in the metropolitan region of the state, which contributes to the reproduction of socio-regional inequalities.

Keywords: Nursing. Technical education. Education institutions.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Quadro de seleção do estudo de revisão bibliográfica.....	17
Tabela 1 – Descrição do processo de seleção do estudo de revisão integrativa.....	18
Quadro 2 – Quadro de revisão bibliográfica.....	19
Figura 1 – Estudantes que ingressaram no curso técnico de enfermagem no ano de 2022.....	34
Tabela 2 – Relação de instituições que oferecem o ensino técnico de enfermagem no estado do Rio de Janeiro.....	38
Figura 2 – Evolução cronológica do registro de Técnicos de Enfermagem no estado do Rio de Janeiro de 2013 a 2021.....	42

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
BDENF	Banco de dados em Enfermagem
CEP	Comissão de ética em Pesquisa
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem
COREN	Conselho Federal de Enfermagem
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DECS	Descritores em Ciências da Saúde
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
ETSUS	Escolas Técnicas do SUS
LILACS	Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde
ME	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
RJ	Rio de Janeiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
TE	Técnico em Enfermagem

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
1	<b>REFERÊNCIAL TEMÁTICO</b> .....	16
1.1	<b>A saúde no Brasil e o ensino no campo da Enfermagem</b> .....	22
1.2	<b>A formação do técnico de enfermagem</b> .....	24
2	<b>PROBLEMA E CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	28
3	<b>PERCUSO METODOLÓGICO</b> .....	30
3.1	<b>Tipo do estudo</b> .....	30
3.2	<b>Campo de pesquisa</b> .....	30
3.3	<b>Coleta de dados</b> .....	30
3.4	<b>Produção de dados</b> .....	31
3.5	<b>Aspectos éticos</b> .....	32
4	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	33
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	47
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	48
	<b>APÊNDICE – Cronograma</b> .....	54

## INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei No 7.498, de junho de 1986, que "Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências" (BRASIL,1986), os Técnicos em Enfermagem são reconhecidos como profissionais de saúde habilitados a prestar cuidados de enfermagem sob a supervisão do enfermeiro, em todas as áreas de atuação. A lei estabelece as competências e atribuições desses profissionais, bem como define as condições para o seu exercício, visando garantir a segurança e a qualidade da assistência prestada aos pacientes. Segundo a pesquisa feita pelo "O perfil da Enfermagem no Brasil", realizada pela FIOCRUZ em parceria com o Conselho Federal de Enfermagem, são 1.476.584 técnicos de enfermagem no país, trata-se da maior força de trabalho da saúde (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2019).

Com base na atual Política Nacional de Saúde, a equipe de enfermagem tem um papel crucial devido às suas atribuições e responsabilidades. O Técnico em Enfermagem tem como atribuição cuidar do paciente, proporcionando o cuidado direto ao paciente, o que é fundamental para as ações de saúde. Levando em consideração a história da formação desses profissionais, justifica-se plenamente os investimentos em sua capacitação (OLIVEIRA, 2017).

No final da década de 1990, mais precisamente em 15 de outubro de 1999, por meio da Portaria nº 1.262 do Ministério da Saúde foi oficialmente instituído o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem, também conhecido como PROFAE, essa portaria estabeleceu as diretrizes e os objetivos do projeto, fornecendo uma base legal para sua implementação e desenvolvimento. Uma iniciativa adicional para fortalecer a profissionalização daqueles que careciam de qualificação e educação buscou melhorar a formação profissional de auxiliares de enfermagem e proporcionar a eles a escolarização no nível fundamental, por meio de convênios com secretarias estaduais de educação e universidades, que passaram a oferecer cursos, incluindo a capacitação de enfermeiros para o formar técnicos. Além disso, ofereceu formação técnica de nível médio para trabalhadores que possuíam escolaridade equivalente (BRASIL, 2002a; 2002b).

O PROFAE teve impactos significativos no campo da enfermagem, contribuindo para a profissionalização e a valorização desses trabalhadores. Ao

investir na formação técnica, na atualização dos conhecimentos e no reconhecimento da importância da enfermagem na saúde, o projeto colaborou para o aprimoramento dos serviços prestados, com reflexos positivos na qualidade do atendimento aos pacientes. Portanto, representa um marco na história da enfermagem brasileira, sendo um programa que contribuiu para elevar os padrões de formação e qualificação dos profissionais dessa área, consolidando a importância da enfermagem como um pilar essencial na assistência à saúde. (CEA *et al.*, 2007; RAMOS, 2010).

É importante destacar que a formação de Técnicos em Enfermagem tem passado por mudanças orientadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, que visam desenvolver habilidades relevantes para o mundo do trabalho por meio de uma abordagem orientada por competências. Essas diretrizes estabelecem os princípios e critérios a serem observados pelas instituições de ensino público e privadas na organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, incluindo o uso da certificação profissional de cursos (BRASIL, 2013).

Atualmente a formação do Técnico de Enfermagem, se dá de acordo com as diretrizes do Conselho Estadual de Educação (CEE) e a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) de 2020, que foram elaboradas a partir da assinatura de um Termo de Cooperação Técnica da SEEDUC com o Coren-RJ e a ABEn-RJ, se baseiam e orientam amplamente sobre a forma de aprimorar os estudos para melhor formação dos profissionais de nível médio. Nas Diretrizes Curriculares estaduais para o curso de Técnico de Enfermagem, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, estão descritas exigências com a intenção de tornar mais qualificada a formação desse profissional da saúde, atentando para o cuidado de pessoas, famílias, grupos e comunidades, fundamentado nos princípios universais dos direitos humanos e nos determinantes biopsicossociais e culturais do viver e conviver da população brasileira (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020).

O curso Técnico em Enfermagem tem uma estrutura curricular que visa proporcionar aos estudantes conhecimentos teóricos e práticos para a realização de procedimentos de enfermagem, visando a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde de indivíduos, famílias e comunidade. Especificamente no capítulo VI, seção I é descrito a carga horária e os conteúdos curriculares a serem desenvolvidos na formação do técnico em enfermagem. Quanto a carga horária, é

detalhado que as instituições precisam atender, a carga horária mínima de 1.800 horas, organizadas em 1.200 horas de atividades teórico-práticas e 600 horas de estágio curricular supervisionado obrigatório (COREN-RJ, 2020).

A última diretriz publicada no dia 4 de junho de 2020 no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, pelo CEE e a SEEDUC, baseia e orienta a formação do Técnico de Enfermagem relatando que a formação deve se dá por meio de atividades teóricas e práticas e pelo estágio curricular supervisionado, devendo conferir ao futuro Técnico em Enfermagem a capacidade profissional para atender a demandas e necessidades prevalentes e prioritárias da população, conforme a realidade epidemiológica da região e do país, em consonância com as políticas públicas (DELIBERAÇÃO CEE No 378 DE 02 DE JUNHO DE 2020).

Entende-se que um grande desafio enfrentado pela educação profissionalizante, de nível médio, tem sido a dificuldade de superar a visão subserviente da prática tecnicista, histórica e socialmente construída desse nível de formação e possibilitar aos trabalhadores mais autonomia para tomar decisões, gerenciar sua vida profissional e propiciar condições para que possam assumir responsabilidades frente a situações de trabalho complexas (LAZZARI, 2011).

A chance de ruptura com essa visão surgiu com a pedagogia das competências (PEREIRA 2015). O desafio posto com a aprovação da Lei no 9.394 de 1996, quando foi iniciado legalmente um processo de reforma da educação brasileira, visava, entre outros aspectos, mudanças curriculares que reorientassem a prática pedagógica organizada até então em disciplinas, para uma prática voltada para a construção de competências. Para tanto, o processo de trabalho de elaboração dos programas e currículos passou a ser norteado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e pelos Referenciais Curriculares Nacionais (RCNs) para a educação profissional (MARQUES,2011). Estes ofereceram informações e indicações adicionais para a elaboração de planos de cursos, com a identificação de funções e subfunções, distinguindo competências, habilidades e bases tecnológicas nelas envolvidas ou para elas necessárias (PEREIRA, 2013).

A classe trabalhadora de Técnicos em Enfermagem, apresenta um grande contingente de trabalhadores; desses trabalhadores 57,7% possuem o ensino médio completo, escolaridade exigida para atuar nesses postos de trabalho. Também existe uma problemática que chama atenção, o fato que 5,7% dos auxiliares e

técnicos, ou seja, aproximadamente 79 mil apresentam escolaridade inferior à exigida para atuar nesses postos de trabalho. O fato é associado aos antigos atendentes ou práticos (em extinção), enquadrados no cargo de auxiliar de enfermagem, sem a exigência de comprovação (MINISTÉRIO DA SAÚDE PORTARIA Nº3.189, 2009).

De acordo com o Ministério da Educação, existe também um outro fenômeno acontecendo, os técnicos de enfermagem, cerca de 1/3 (34,3%) está cursando ou já possui nível superior, sendo que não existe o equivalente da oferta de vagas de trabalho para absorver esses técnicos que adquirem o ensino superior.

A contribuição da educação para a empregabilidade de trabalhadores excluídos dos postos de trabalho formais ganha força a partir dos anos de 1990, a partir de um discurso que afirma que uma maior qualificação do trabalhador acompanharia o crescimento da produtividade, atenderia às exigências do mercado de trabalho além de uma melhor remuneração (SAVIANI, 2007; RAMOS, 2001)

Mas no caso da saúde, os dados da Pesquisa “Assistência Médica Sanitária” do IBGE mostram que, desde a década de 1980, os empregos de nível fundamental, ao mesmo tempo, que os empregos de nível auxiliar e técnico crescem. Esse fato se deveu, exatamente na década de 1990 por conta da expansão da Atenção Básica, que passa a se constituir como principal locus empregador desse segmento de trabalhadores (MACHADO, 2011).

Devido a essa dinâmica de oferta de trabalho ao nível técnico em enfermagem, a procura de pessoas por instituições que ofereçam a formação ao nível técnico aumenta a cada ano. Curioso que, mesmo com essa procura pelo curso, pesquisas recentes indicam que a formação do técnico de enfermagem encontra-se desgastada e compreende-se que possivelmente as práticas educativas vêm sendo reproduzidas sem uma reflexão mais aprofundada dessa formação a partir das competências e sem uma articulação sinérgica entre os atores envolvidos nessa educação (CHINELLI; VIEIRA; DELUIZ, 2013).

Observa-se que as mudanças esperadas com as DCNs e RCNs desconstruíram a identidade cultural dos cursos profissionais do passado, que detinham certo rigor técnico e pedagógico. Por outro lado, o aumento significativo das escolas profissionalizantes não foi acompanhado por avaliações que pudessem qualificar o processo de ensino e aprendizagem, a exemplo das escolas norte-

americanas que são acreditadas, ou seja, devem comprovar que estão aptas para oferecer cursos com qualidade (ALLEN, 2010).

Diante deste cenário da formação técnica e da quantidade expressiva de Técnicos de Enfermagem no Brasil, é necessária a realização de mais estudos na área da formação técnica. Através desta pesquisa, pretende-se ter dados mais precisos, ampliando o conhecimento sobre como se dá a oferta de formação técnica de enfermagem no estado do Rio de Janeiro, e quantos alunos se inscreveram durante o ano de 2022 para cursar o ensino técnico de enfermagem. Foram feitas consultas públicas e buscas detalhadas no site do Sistema de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, no site do Conselho /estadual de Educação do Rio de Janeiro – CEE e no site da Secretaria Estadual de Educação, em nenhum dos sites buscados conseguimos constatar dados que permitissem o mapeamento da formação técnica no Estado do Rio de Janeiro. A partir do levantamento desses dados junto aos sites do SISTEC e CEE surgiu a necessidade de organizar os dados coletados e mapear as informações coletadas.

Este projeto insere-se na linha de pesquisa "Trabalho, Educação e Formação Profissional em Saúde e Enfermagem" da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e no grupo de pesquisa "Configurações do Trabalho em Saúde e Enfermagem: processos, redes sociais e formação – REDENF", do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- PPGENF, no qual fui bolsista de mestrado da Agência governamental da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. O projeto é parte, ainda, de uma articulação colaborativa com o Instituto de Medicina Social da UERJ, na pessoa do Dr. Mario Roberto Dal Poz, que inicia um projeto voltado para a demografia, mercado de trabalho, formação e governança.

## **Objetos e objetivos**

Sob esta temática, tem-se como objeto de estudo a formação técnica em Enfermagem no Estado do Rio de Janeiro, e traçam-se os seguintes objetivos.

**Objetivo geral**

Mapear os cursos que oferecem formação técnica em enfermagem no estado do Rio de Janeiro, analisando sua distribuição geográfica.

**Objetivos específicos**

- a) Identificar as principais regiões e municípios do Estado do Rio de Janeiro que oferecem a formação técnica de enfermagem;
- b) Quantificar o número médio de estudantes técnicos de enfermagem no estado do Rio de Janeiro;
- c) Analisar a distribuição da oferta de cursos de acordo com as regiões fluminenses e sua população.

## 1 REFERENCIAL TEMÁTICO

Com a finalidade de aprofundar o conhecimento relacionado a temática da formação técnica em enfermagem, a seguinte pergunta foi formulada: "Quais são os estudos disponíveis sobre a formação técnica em enfermagem em instituições de ensino no estado do Rio de Janeiro?"

Para a construção da pergunta de pesquisa utilizou-se a estratégia PICO (Paciente, Intervenção, Comparação e “*Outcomes*”/desfecho). Esta estratégia pode ser utilizada para construir questões de pesquisa de naturezas diversas, sabendo que a pergunta de pesquisa bem construída possibilita a definição correta de que informações são necessárias para a resolução da questão clínica de pesquisa. A prática baseada em evidências (PBE) propõe que quanto mais assertiva estas informações, maiores as chances de recuperar nas bases de dados melhores evidências para justificar a questão da pesquisa (AKOBENG, 2005; SANTOS; PIMENTA; NOBRE, 2007; STONE, 2002).

Desta forma foram definidos:

P - Estudantes técnicos de enfermagem

I – Formação técnica em enfermagem

C--

O – Mapeamento da técnica em enfermagem no Estado do Rio de Janeiro

A seleção dos descritores foi realizada no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) para identificar termos possíveis para a busca da produção científica. Os termos selecionados no DeCS estão relacionados no quadro 1:

Quadro 1 – Quadro de seleção do estudo de revisão bibliográfica

SIGLA	DESCRIÇÃO	CONTEÚDO	DESCRITORES (DECS)
P	POPULAÇÃO	Estudantes técnicos de Enfermagem	“Estudantes de Enfermagem” e “Educação em Enfermagem”
I	INTERVENÇÃO	Formação técnica em enfermagem	“Formação técnica” e “Aprendizagem em enfermagem”
C	--	--	--
O	DESFECHO	Mapeamento do ensino técnico em enfermagem no Rio de Janeiro	--

Fonte: Autora, 2023

A busca com os descritores isolados “Formação técnica”, “Aprendizagem em enfermagem” e “Educação em enfermagem” fez emergir, respectivamente, 60, 2050, 5090 resultados.

Por sua vez, os resultados da pesquisa com a tríade de descritores “Formação técnica” e “Educação em enfermagem” e “Educação em enfermagem” sem espaço temporal podem ser observados abaixo:

Tabela 1 – Descrição do processo de seleção do estudo de revisão bibliográfica

BASE DE DADOS	ESTUDOS ENCONTRADOS	ESTUDOS ELIMINADOS PELO PERÍODO 2011 A 2021	ESTUDOS INCLUÍDOS APÓS LEITURA DOS TÍTULOS E RESUMOS	ESTUDOS SELECIONADOS APÓS ANÁLISE DE TEXTO COMPLETO
BDEF	42	39	12	3
LILACS	59	52	8	5
SCIELO	34	18	6	1
NÚMEROS DE ESTUDOS INCLUÍDOS	125	109	26	9

Fonte: Autora, 2023.

Foram encontrados 5 artigos na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), 3 artigos na bibliográfica especializada na área de Enfermagem (BDEF), 1 artigo na Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

Sendo assim, no quadro 2 encontram-se as informações dos artigos que compuseram a revisão integrativa, dispostos cronologicamente por ano de publicação (crescente).

Quadro 2 – Quadro de revisão bibliográfica (continua)

Autor/Ano	Título do artigo	Objetivo do estudo	Resultados
CAMARGO <i>et al.</i> (2015)	Avaliação da formação do técnico de enfermagem por enfermeiros da prática hospitalar	Analisar como enfermeiros da prática assistencial hospitalar avaliam a formação dos técnicos de enfermagem a partir dos referenciais curriculares nacionais.	Para 73%, o perfil dos técnicos em enfermagem formados não atende às expectativas dos enfermeiros; 90% entendem que o processo de ensino-aprendizagem teórico-prático e os estágios devem ser modificados; para 68%, o comprometimento ético desse profissional é precário; 86% compreendem que a elaboração do projeto político-pedagógico deve ter a participação dos hospitais; os conteúdos de ensino para 75% devem ser revistos para a realidade atual dos hospitais;
COLONI <i>et al.</i> (2016)	Prática pedagógica na educação profissional de nível médio em Enfermagem	Identificar as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores da educação profissional de nível médio em enfermagem	Dos entrevistados, 66,6% são mulheres, com formação pedagógica e experiência assistencial superior a 3 anos. O Projeto Pedagógico
NOGUEIRA, BARBOSA (2018)	Programa de Formação Técnica em Enfermagem para Agentes de Saúde: quando uma formação profissional se torna mais uma ameaça ao SUS	Analisar quando uma formação profissional se torna mais uma ameaça ao SUS	A efetivação do direito à formação profissional dos trabalhadores ACSs e ACEs é fundamental para a defesa do SUS, pois eles compõem categorias instituídas e existentes exclusivamente no âmbito da política pública. Constitui-se dever do Estado prover o acesso à formação profissionalizante destes trabalhadores, comprometendo-se com uma política de formação que não impulse a privatização e o desmonte do SUS.

Quadro 2 – Quadro de revisão bibliográfica (continua)

FRANCO, MILÃO (2020)	Integração ensino-serviço na formação técnica de enfermagem	Compreender a integração ensino-serviço na formação técnica em Enfermagem e utilizou-se de método qualitativo, exploratório-descritivo.	Verificou-se que a integração ensino-serviço, pode beneficiar a formação e a atuação profissional, entretanto há desafios a serem superados para consolidação de sua proposta.
WERMELINGER <i>et al.</i> (2020)	A formação do técnico em enfermagem: perfil de qualificação	Revelar tanto a existência de tendências para sub e sobre qualificação, quanto a participação do setor público na oferta e expansão dos cursos de enfermagem no país.	A identificação do atual perfil de formação profissional de auxiliares e técnicos de enfermagem (A&TE) se torna elemento central na compreensão da dinâmica da qualificação desses trabalhadores.
SILVA <i>et al.</i> (2020)	Importância do ensino de biossegurança na formação de técnicos em enfermagem: relato de experiência	Relatar o estágio de uma turma do curso Técnico em Enfermagem abordando a importância de ensinar e adotar boas práticas de biossegurança no laboratório de enfermagem.	Durante a realização do estágio foram abordadas e executadas atividades que são de responsabilidade da equipe de enfermagem, tais como aferição de sinais vitais e glicemia capilar; curativo, punção venosa periférica; administração de medicamentos etc., utilizando medidas de biossegurança para a prevenção de acidentes.
BENVENUTTI (2020)	Aprendizagem de estudantes de técnico em enfermagem sobre as manobras de ressuscitação cardiopulmonar em suporte básico de vida	Identificar o conhecimento de estudantes de ensino técnico em Enfermagem sobre parada cardiorrespiratória e reanimação cardiopulmonar em duas escolas, uma pública e outra privada, antes, após aula teórica e prática no atendimento precoce em emergência e aferir o conhecimento após três meses.	Constatou-se eficácia no treinamento por meio da análise do score pós imediato nas duas escolas, entretanto, só mantiveram o nível de acertos das questões, demonstrando aprendizado após três meses, os estudantes da escola privada. Para algumas questões específicas houve melhor absorção do aprendizado nos dois períodos analisados (imediato e tardio). Entre as duas instituições, a questão sobre posição correta da vítima para realização da RCP destacou-se com maior número de acerto sobre as outras, e a sequência correta da utilização do DEA mostrou-se com menor acerto. O uso do desfibrilador automático obteve menor número de acertos pelos estudantes das duas instituições.

Quadro 2 – Quadro de revisão bibliográfica (conclusão)

PAIVA <i>et al.</i> (2021)	Egressos da formação técnica em enfermagem na modalidade integrada	Analisar os desafios para inserção e permanência no mundo do trabalho relatados por egressos da formação técnica em enfermagem na modalidade integrada.	Há falta de experiência na profissão, limitações das iniciativas governamentais, baixa oferta de vagas no interior do estado, rede de indicações e precariedade dos vínculos.
BRAINER <i>et al.</i> (2021)	Competências docentes no ensino técnico de enfermagem: um olhar dos professores do curso	Compreender a percepção dos professores de um curso técnico em enfermagem sobre as competências para o exercício da docência nesse nível de ensino.	Mostram que os enfermeiros-docentes do curso Técnico de Enfermagem, são predominantemente do gênero feminino, todos são bacharéis em enfermagem e, o tempo de docência no ensino técnico, variou entre 12 e 24 meses. A análise qualitativa mostrou que quanto às competências docentes da percepção àquelas necessárias ao exercício da docência, foram delimitadas as seguintes categorias - Atributos; Dominar Conteúdo Teórico e Prático; Buscar Aperfeiçoamento; Saberes Pedagógicos.
SILVA <i>et al.</i> (2021)	Competências desenvolvidas no processo de formação profissional dos técnicos de enfermagem da região sul do Rio Grande do Sul	Analisar o processo de formação profissional formal dos futuros técnicos em enfermagem, nesta localidade, se faz por meio do desenvolvimento de competências, assim como conhecer as competências que estão sendo desenvolvidas nestes cursos.	Foram encontrados elementos constitutivos que indicam que o processo formativo nestes espaços está alicerçado nas noções de competências de acordo com referencial teórico adotado.

Fonte: Autora, 2023.

Sobre o período de publicação, nos anos de 2020 e 2021, destacaram-se por terem concentrado mais da metade (46%) dos estudos selecionados. Quanto ao idioma, a maioria foi publicada na língua portuguesa: Português (n=09), espanhol (n=04) e Inglês (n=02).

Os dados da pesquisa relatados nesse trabalho evidenciaram tópicos importantes, como; discussões sobre os processos educativos em saúde e papel dos professores e alunos e a formação em técnico de enfermagem.

## 1.1 A saúde no Brasil e o ensino no campo da Enfermagem

A saúde no Brasil é regulamentada como direito universal pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica 8.080 de 1990 sobre Saúde (Lei Orgânica da Saúde) que criou o Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse sistema enfatiza a atenção voltada para a promoção e proteção da saúde e não apenas para a sua recuperação. Nesse contexto, a formação profissional assume papel fundamental na contribuição para a consolidação do Sistema Único de Saúde. Ressalta-se que a enfermagem, em sua trajetória profissionalizante, no Brasil, passou por transformações relevantes no que se refere à formação, acompanhando o contexto histórico, político, econômico e social, e suas repercussões na educação e na saúde (FRANCO, 2020).

Desde 1972, ano posterior à aprovação da Lei 5.692/71 (lei essa que modificou a estrutura de ensino do país, na qual o curso primário e o antigo ginásio se tornaram um só curso de 1º grau), já ocorria uma controvérsia nos órgãos responsáveis pela educação e uma extrema confusão nas escolas quanto à realização da profissionalização universal e compulsória do 2º grau, que se impôs como determinação legal, para unificar duas orientações necessárias de toda escolaridade: a formação geral e a formação técnico- profissional, segundo justificativa proclamada pelos propugnadores da lei.

Alguns textos oficiais indicam que, até hoje uma multiplicidade de orientação nas escolas de segundo grau, que, esquematicamente, podem ser agrupadas em duas: as escolas cuja carga curricular é voltada para a formação geral e que usam o artifício de pequenos arranjos nos antigos currículos, o que justifica a diplomação de seus alunos como técnicos de enfermagem.

O primeiro curso de Técnico de Enfermagem, foi criado em 1966 nas Escolas Ana Neri e Luiza de Marillac, pelos Pareceres do Conselho Federal de Educação n°s 171/66 e 224/66, foi desenvolvido com base em legislação própria. Somente com a Lei 5.692/71, onde fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de primeiro e segundo graus, o curso Técnico de Enfermagem passa a integrar-se no Sistema Educacional do país a nível de segundo grau (BRASIL, 1975).

Nas últimas décadas, a educação profissional, a formação do TE vem sofrendo constantes transformações relativas às novas concepções concretizadas

por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Profissional. As DCN passam a estabelecer como concepção orientadora o modelo das competências, que procura desenvolver no futuro trabalhador diversas capacidades (iniciativa, raciocínio, pensamento crítico e empreendedorismo, entre outras) que o permitirá transitar e atender suas demandas profissionais, construindo seu itinerário profissional (GATTI, 2006).

Além das transformações, as discussões sobre os processos educativos em saúde têm se mostrado mais do que nunca essenciais, independentemente de ser sobre a formação a nível técnico, graduação ou pós-graduação, pois o reconhecimento da complexidade inerente aos novos tempos reforça o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos como desafios, em corresponsabilidade com o coletivo (NOGUEIRA, 2018).

O atual modelo educacional que propõe a formação de um novo perfil do técnico de enfermagem, com vistas à transformação das práticas profissionais, permeia as metodologias de ensino-aprendizagem utilizadas nos espaços de construção do conhecimento. Além disso, os processos educacionais de ensino-aprendizagem devem levar em consideração diversos aspectos, inclusive o protagonismo dos sujeitos envolvidos (COLONI, 2016).

Brito *et al* (2018), reforça a necessidade de transcender os modelos educacionais baseados na transmissão do conhecimento para um modelo que posicione professores e alunos de forma dialógica na construção do conhecimento. Em relação aos modelos educacionais, a proposta é construir processos éticos, críticos, reflexivos e transformadores que transcendam os limites da formação técnica para a formação de um ser histórico a partir da dialética ação-reflexão-ação do futuro profissional (OLIVEIRA, 2016).

Com base na Constituição Federal, que garante a saúde como direito de todos e dever do Estado, com prerrogativas para mudar as práticas de cuidado, que incluem a promoção da saúde e a prevenção de doenças irrecuperáveis, os modelos de atenção à saúde precisam ser repensados. Diversas discussões são potencializadas por essas mudanças e o ensino da enfermagem no Brasil inicia um movimento para repensar a formação de profissionais com perfil para atender às demandas do novo sistema de saúde do país. Posteriormente, esse movimento culmina na reformulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para os cursos de enfermagem (PAIVA, 2021).

Nesse sentido, as instituições de ensino mudam suas práticas educacionais no esforço de aproximá-las da realidade social; formar profissionais como sujeitos sociais com competência ética, política e técnica, e dotados de conhecimento, raciocínio, crítica, responsabilidade e sensibilidade para com as questões da vida e da sociedade; que são capazes de intervir nos contextos de vida com suas incertezas e complexidades (PAIVA, 2021).

Portanto, observa-se que ao longo dos anos, a formação do Técnico de Enfermagem (TE) no Brasil tem passado por transformações significativas, especialmente no que se refere à integração ao sistema educacional do país no nível de segundo grau (ensino médio), porém ainda existem muitas mudanças a serem feitas. Mudanças essas que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Profissional têm buscado desenvolver nos futuros trabalhadores da área, enfatizando o protagonismo dos estudantes na construção do conhecimento. O objetivo é ir além da transmissão passiva de informações e desenvolver profissionais éticos, críticos, reflexivos e transformadores, capazes de se adaptar ao contexto dinâmico da saúde e da sociedade.

## **1.2 A formação do técnico de enfermagem**

No Brasil, o técnico de enfermagem é um profissional com formação de nível médio técnico, regulado pela Lei Federal no 7.498, de 25 de junho de 1986. Esse profissional da área de enfermagem atua em unidades básicas de saúde, equipes de saúde da família, hospitais desde a emergência, unidades de internação nas mais diversas especialidades, em centros cirúrgicos, setor de esterilização de materiais, instituições de longa permanência para idosos (ILPIs), clínicas de diagnóstico por imagem e laboratórios de análises clínicas e até mesmo em equipes de *Home Care* (CAMARGO, 2015).

O curso de técnico de enfermagem geralmente tem uma duração média de 24 meses, podendo variar dependendo da instituição escolhida. Ao concluir o curso, é importante que o aluno tenha cumprido a carga horária estabelecida para se formar como técnico de enfermagem. Ainda é possível se especializar após a conclusão do curso técnico, buscar o aprimoramento em especialidades como; geriatria, pediatria,

nefrologia, enfermagem do trabalho, urgência emergência, entre outras. O curso tem uma carga horária de 1.800 horas, sendo 1.200 horas de conteúdo teórico e 600 horas de atividades práticas supervisionadas por um professor supervisor, que são realizadas em unidades de saúde. A enfermagem representa 60% de todos os profissionais de saúde no Brasil, com 80% desses sendo técnicos em enfermagem, o que destaca a importância dessa profissão para o funcionamento do sistema de saúde e para a população em geral. Os técnicos de enfermagem realizam tarefas técnicas e prestam cuidados de enfermagem a pacientes em estado grave, mas sem risco imediato de vida, e estão autorizados a trabalhar em CTIs e UTIs em todo o país (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2019).

O profissional que concluiu sua formação e obteve a inscrição no Conselho Regional de Enfermagem (COREN) está apto a exercer as funções para as quais está qualificado profissionalmente. Ele ou ela pode inclusive atuar em outras localidades por um período de até 90 dias, sem a necessidade de um novo registro. No entanto, após esse prazo, é obrigatório realizar um novo registro no local onde estiver exercendo a profissão (COREN, 2012).

É de responsabilidade da instituição de formação técnica na área de enfermagem, fornecer não só competências, habilidades e atitudes essenciais para a prática profissional, mas também garantir que os alunos/profissionais da saúde sejam capacitados como cidadãos responsáveis, éticos e engajados, preparando-os para os princípios de gestão humanizada e qualificada e atendendo às demandas do novo modelo de saúde pública (BALBINO, 2010).

A profissão teve origem em 1970 (BREHMER, 2014), Parecer 75/70, do Conselho Federal de Educação, instituiu o curso intensivo de Auxiliar de Enfermagem em onze meses, ou seja, a formação em técnico de enfermagem surgiu da profissão de auxiliares de enfermagem. Como requisito para ingresso dos candidatos, a conclusão do curso ginásial e idade mínima em torno de 18 anos. No entanto, antes que algumas escolas pudessem implantar e avaliar efetivamente o novo sistema, surgiu uma nova lei de ensino que, mais uma vez, modificou o curso de Auxiliar de Enfermagem. A Lei nº 6.692/71 fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e integrou o Curso de Auxiliar de Enfermagem no sistema educacional do país. Segundo a nova lei, a profissionalização deveria ser vista em termos de terminalidade e continuidade. Como resultado, o Curso de Auxiliar passou

a ser considerado ora como primeiro grau, ora como segundo grau, e havia ainda a possibilidade de se alcançar a posição de auxiliar através da suplência.

O Curso Técnico de Enfermagem foi desde sua criação a nível de 2º grau, que conduz sempre a habilitação profissional, seja parcial ou plena. O curso regular de 2º grau, com duração de três anos, habilita o estudante a se tornar um Técnico de Enfermagem com diploma conferido ao final do curso. Além disso, tanto o curso de Técnico quanto o de Auxiliar de Enfermagem podem ser realizados pelo sistema supletivo, que oferece a mesma carga horária, mas com duração reduzida. O estudante que concluir o curso pelo sistema supletivo terá direito aos títulos e ao comprovante de conclusão, da mesma forma que os concluintes do curso regular.

O Técnico de Enfermagem possui diversas atribuições, sendo a mais importante delas a administração do cuidado individualizado ao paciente, analisando suas necessidades básicas. No entanto, em muitos casos, esses profissionais são forçados a desempenhar funções que não fazem parte de sua competência, devido à falta de enfermeiros na assistência. Embora se espere um aumento no número de enfermeiros à medida que os recursos tecnológicos para o tratamento e manutenção da saúde se expandem, infelizmente, isso não tem ocorrido, e os técnicos muitas vezes enfrentam sobrecarga de trabalho em diversos cenários de cuidados à saúde.

Segundo o DECRETO N 94.406/87 (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 1987) que regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências, são funções do Técnico de Enfermagem:

I – Assistir ao Enfermeiro:

- a) no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de Enfermagem;
- b) na prestação de cuidados diretos de Enfermagem a pacientes em estado grave;
- c) na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica;
- d) na prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar;
- e) na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde;
- f) na execução dos programas referidos nas letras “i” e “o” do item II do Art. 8º.

II – Executar atividades de assistência de Enfermagem, excetuadas as privativas do Enfermeiro e as referidas no Art. 9º deste Decreto;

III – integrar a equipe de saúde.

Sempre que é abordado um tema novo a respeito das atribuições do técnico de enfermagem, surgem muitas dúvidas e críticas a respeito. As funções do enfermeiro delegadas ao técnico de enfermagem é assunto que, de antemão, sabemos que pode ser criticado. Todavia, também se sabe que isto ocorre na assistência de enfermagem em hospitais privados, onde, muitas vezes, utilizam dessa força de trabalho para suprir a falta de um quantitativo adequado de enfermeiras para a assistência.

Percebemos que a importância do técnico de enfermagem é destacada, pois representa a maior parcela dos profissionais de saúde no Brasil e exerce um papel essencial no funcionamento do sistema de saúde. A formação e a capacitação adequadas desses profissionais são fundamentais para garantir a qualidade e a segurança dos cuidados prestados à população. No entanto, também é evidenciada a sobrecarga enfrentada pelos técnicos de enfermagem devido à escassez de profissionais, o que evidencia a necessidade de uma melhor gestão e distribuição dos recursos humanos na área de saúde. Em síntese, a formação e o reconhecimento adequado do papel do técnico de enfermagem são aspectos fundamentais para o funcionamento eficiente do sistema de saúde no Brasil, bem como para o atendimento de qualidade à população. Além disso, é importante buscar soluções para a sobrecarga enfrentada por esses profissionais, buscando uma melhor distribuição dos recursos humanos em todo território e a valorização de suas atribuições específicas.

## 2 PROBLEMA E CONTEXTUALIZAÇÃO

Como se distribui a formação técnica de enfermagem no Estado do Rio de Janeiro? Quantos alunos se inscreveram em um curso técnico de enfermagem no Estado no último ano?

No Rio de Janeiro, existem diversas instituições que oferecem cursos técnicos em enfermagem. A formação de técnicos de enfermagem é fundamental para o sistema de saúde, e pela enfermagem ter a maior expressão de profissionais no setor da saúde, segundo o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) existiam no momento deste estudo no Brasil cerca de 1.657.072 técnicos de enfermagem com suas inscrições ativas, e há uma grande demanda por esse tipo de curso, o que resulta em muitas instituições oferecendo essa formação no estado. O Estado do Rio de Janeiro tem 25.324 unidades de saúde que absorvem essa força de trabalho (CNES, 2021).

Atualmente o Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro disponibiliza em sua página na internet o número de 228.075 técnicos de enfermagem com suas inscrições ativas no estado. O RJ é o segundo estado com o maior quantitativo de TE no Brasil, ficando atrás somente do estado de São Paulo que lidera com o número de 300.917 profissionais TE.

Seria esperado que um mapeamento da formação técnica em enfermagem no Estado do Rio de Janeiro pudesse ser realizado por meio da consulta aos órgãos regulatórios e fiscalizadores da educação e da saúde, além das instituições de ensino e entidades de classe. No entanto, não há dados públicos disponíveis para consulta. Mediante buscas em bases disponíveis no Ministério da Educação (MEC), Conselho Regional de Enfermagem (COFEN), Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (COREN-RJ), Conselho Estadual de Educação (CNIS), Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e a Coordenação de Inspeção Escolar do Estado do Rio de Janeiro, não obtivemos nenhum dado sobre a distribuição e número da formação técnica em enfermagem no estado do Rio de Janeiro.

O mapeamento dos cursos técnicos em enfermagem é fundamental para conhecer e compreender a oferta de formação nessa área, bem como identificar a qualidade dos cursos e instituições de ensino. Esse processo permite o planejamento adequado da oferta de cursos, a criação de políticas públicas de

fomento à educação e a melhoria da formação de profissionais técnicos em enfermagem.

O conhecimento sobre a oferta de cursos técnicos em enfermagem permite identificar a distribuição geográfica desses cursos e verificar se há áreas com maior ou menor oferta de formação nessa área. Essa informação pode ser utilizada para direcionar políticas públicas de fomento à educação técnica em enfermagem e aumentar a oferta de cursos em áreas que apresentam maior demanda.

Além da importância já mencionada anteriormente, o mapeamento dos cursos técnicos em enfermagem também possibilita identificar variáveis para uma futura avaliação da qualidade da formação oferecida pelas instituições de ensino. Isso é fundamental para garantir que os profissionais formados não sejam meros reprodutores de técnicas e procedimentos, mas sim possuam uma formação ampla e abrangente, capaz de oferecer um atendimento de qualidade à população.

A falta de uma formação técnica sólida pode levar a uma série de problemas, como a falta de segurança nos procedimentos, a incapacidade de tomar decisões críticas e a falta de habilidades para lidar com situações imprevistas. Isso pode afetar negativamente as relações de trabalho, bem como a qualidade do atendimento prestado aos pacientes. Portanto, o mapeamento dos cursos técnicos em enfermagem é uma ferramenta importante para contribuir para que os profissionais formados possuam as habilidades e conhecimentos necessários para desempenhar suas funções com segurança, eficiência e qualidade. Isso não só beneficia os profissionais de enfermagem, mas também a população, que terá acesso a um atendimento de saúde mais qualificado (SORIO, 2002).

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

#### **3.1 Tipo de estudo**

Trata-se de um estudo seccional, observacional, descritivo de carácter exploratório que usou o método de análise quantitativa considerando bases de dados primários e secundárias.

#### **3.2 Campo de pesquisa**

Instituições do Estado do Rio de Janeiro, listadas no cadastro INEP DATA, e que foram contactadas com sucesso por telefone, com um total de 372 instituições.

#### **3.3 Coleta de dados**

Em um primeiro momento: foram feitas buscas criteriosas no site INEP DATA que pertence ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. No INEP DATA foi possível obter uma lista com todas as escolas técnicas do Rio de Janeiro e seus endereços e contatos de telefone. No entanto, verificou-se que nem todos os dados se encontravam atualizados, gerando dúvidas e levando ao passo seguinte, que foi o de buscar fontes primárias de dados.

Em um segundo momento: entramos em contato com cada escola técnica por telefone e pelo aplicativo *WhatsApp*, quando então foi possível obter os dados que foram analisados nessa pesquisa.

### 3.4 Produção de dados

A produção de dados foi realizada no período de outubro de 2022 a fevereiro de 2023 e seguiu as seguintes etapas.

Em um primeiro momento: foram feitas buscas nos sites oficiais do COREN e COFEN a fim de achar dados sobre o mapeamento da formação TE no estado do Rio de Janeiro, porém não obtivemos os dados. Sem sucesso nesse primeiro momento, em um segundo momento fizemos contato com o Conselho Nacional de Educação (CNIS) e não obtivemos nenhum dado.

Em um terceiro momento: entramos em contato com a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) e não obtivemos nenhum dado.

Em um quarto momento seguindo com o objetivo de coletar dados sobre a formação técnica no estado, foi feito contato com a Coordenação de Inspeção Escolar do Rio de Janeiro, onde tentamos contato diversas vezes e não conseguimos ser atendidos em nenhum momento.

A fim de seguir com a pesquisa e obter os dados que não obtivemos nas múltiplas tentativas, optamos por fazer criteriosas buscas no site INEP DATA que pertence ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira que é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação. No INEP DATA foi possível coletar uma lista com todas as escolas técnicas do Rio de Janeiro e seus endereços e contatos de telefone.

Com posse da relação de escolas, entramos em contato via ligação e *WhatsApp* com as 714 instituições para saber quais dessas instituições forneceram formação TE no ano de 2022, selecionando as que responderam positivamente, e seguindo-se a pergunta sobre quantos alunos eles matricularam no curso de TE durante todo o ano de 2022.

Das 714 instituições foi possível obter contato com 372 instituições e dentre estas, 291 oferecem a formação Técnica em enfermagem. A análise, portanto, foi de uma amostra intencional, já que a incompletude de dados não permitiu um mapeamento completo.

Todas as informações de interesse sobre a formação técnica em enfermagem no estado do Rio de Janeiro foram dispostas apropriadamente em uma planilha

eletrônica do aplicativo *Microsoft Excel*, construindo assim o banco de dados da pesquisa. O *Excel* também foi usado para construção de alguns gráficos.

Para a análise descritiva dos dados levantados, as variáveis contínuas foram sintetizadas por meio dos cálculos de estatísticas descritivas (média, mediana, mínimo, máximo, desvio padrão) e proporções de interesse. Os resultados descritivos foram dispostos em tabelas e gráficos (MEDRONHO; BLOCH, 2008).

### **3.5 Aspectos éticos**

A dissertação construída faz parte de um projeto interinstitucional, em fase inicial, em parceria entre o Instituto de Medicina social da UERJ e a Faculdade de Enfermagem da UER, no qual será efetuado um estudo com base em dados secundários nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, desenvolvido em quatro eixos, a saber: Demografia; Mercado de Trabalho; Formação e Governança. O projeto encontra-se em fase de avaliação para obtenção de financiamento.

Em um primeiro momento propõe-se realizar um amplo estudo partir da análise de registros administrativos em diversas bases de dados secundários de acesso público e potencialmente de acesso restrito (Base de dados COREN/COFEN), para cálculos padrão-ouro da demografia, mercado de trabalho e formação de base da enfermagem. Além disso, pesquisas exploratórias farão um amplo mapeamento das especialidades de enfermagem com objetivo de consolidar informações que hoje estão dispersas em diferentes repositórios e da formação técnica em enfermagem. Neste sentido, a presente dissertação já se constitui em um produto de caráter exploratório.

A investigação realizada nessa dissertação cumpriu as normas estabelecidas nas Resoluções No 466 de 12 de dezembro de 2012 e No 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), respeitando os princípios éticos da autonomia, preservando o anonimato dos dados levantados. Como não foram coletados ou analisados dados sobre seres humanos, o projeto não necessitou de submissão a comitê de ética em pesquisa.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

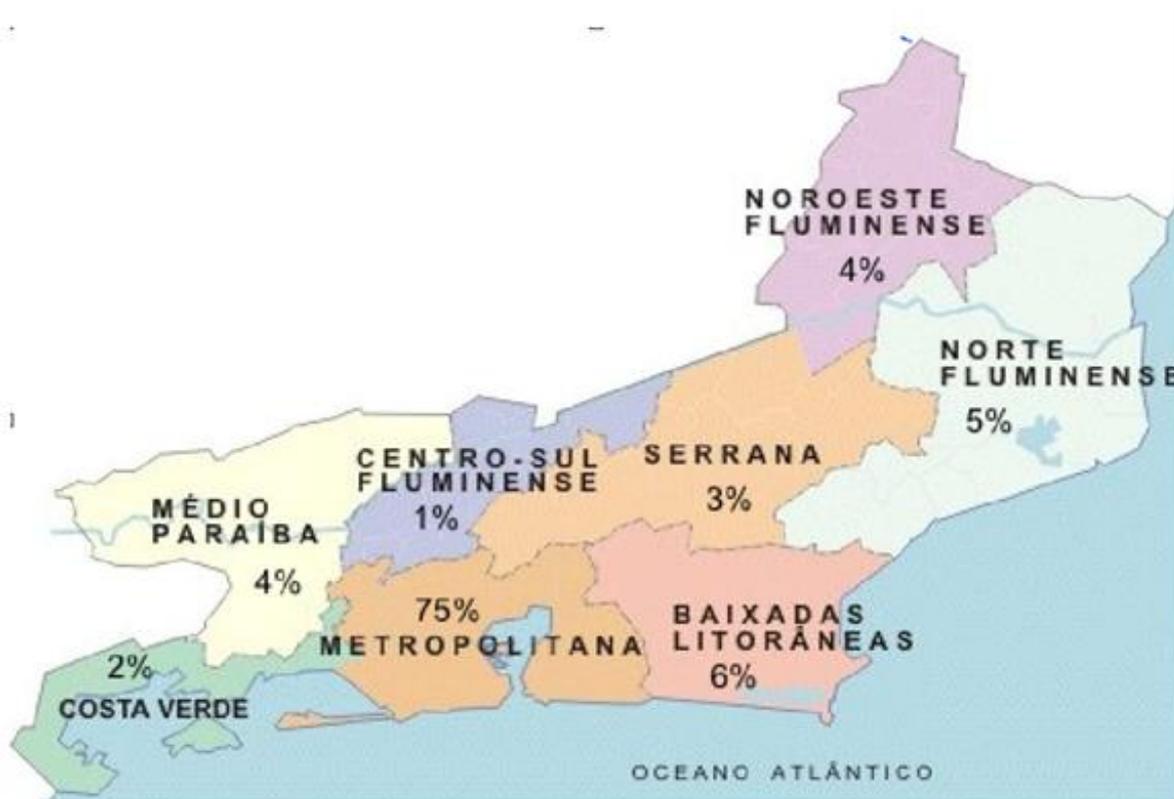
Decidiu-se por apresentar a relação de escolas técnicas participantes da pesquisa antes de apresentar e discutir os dados referentes ao objeto de estudo por meio do material produzido nos contatos realizados por telefonema, *WhatsApp* e *e-mail*. A caracterização é fruto dos dados produzidos a partir do levantamento de dados feitos no INEP DATA.

A listagem inicial registrava 714 instituições formadoras de técnicas no estado do Rio de Janeiro, e, dentre essas, foi possível verificar que 291 oferecem a formação Técnica em Enfermagem, totalizando 39%. Das instituições que fornecem o curso de formação técnica de enfermagem, 72% são instituições privadas e 28% instituições públicas. Um dado relevante é que em 40% dos municípios do estado rio de Janeiro não existe oferta de ensino para formar TE.

Dentre todos os municípios do estado, destacamos os 10 municípios com a maior quantidade de cursos TE, e eles revelam a concentração da oferta educacional, como exposto na figura 1, eles são; a cidade do Rio de Janeiro com 94 cursos; Duque de caixas com 55 cursos; São Gonçalo com 10 cursos; Campos dos Goytacazes; Volta Redonda e Niterói com 8 cursos cada; Macaé e Nilópolis com 7 cursos cada.

Cabe ainda ressaltar que o município do Rio de Janeiro é a cidade que tem a com a maior oferta de instituições formadoras do estado do Rio de Janeiro e o estado do Rio e o segundo estado em formação TE no país, ficando atrás apenas do estado de São Paulo.

Figura 1 – Estudantes que ingressaram no curso técnico de enfermagem no ano de 2022.



Fonte: Autora, 2023.

Na figura 1 está exposto a porcentagem de estudantes que optaram por fazer curso TE no estado do Rio de Janeiro. Como já era esperado a região metropolitana se destaca, com 75% dos estudantes que fizeram a inscrição no curso TE durante o ano 2022. Já a região do Centro-Sul Fluminense teve 1% das inscrições, sendo que alguns municípios não possuem cursos com formação TE.

As desigualdades educacionais em grande parte refletem em desigualdades regionais mais amplas, principalmente nos níveis primário e secundário, em grande parte isso se deve a heterogeneidade, descentralização de gastos e formas de gestão do sistema de ensino (CASTRO, 2000; RIGOTTI, 2001), e os estados e municípios mais pobres são aqueles que precisam fazer um esforço maior para elevar o nível educacional de suas populações, a fim de alcançar os padrões das áreas com melhor desempenho (BELTRÃO, CAMARANO, KANSO, 2002).

A concentração de alunos e instituições de ensino na região metropolitana pode ter várias implicações. Em primeiro lugar, isso pode refletir a maior oferta de

cursos e instituições de ensino na região, o que pode ser uma vantagem para os estudantes que buscam opções de cursos e uma maior diversidade de escolas. No entanto, essa concentração também pode perpetuar desigualdades sociais e econômicas, reproduzindo uma série de problemas.

A desigualdade na distribuição de recursos e investimentos para educação em diferentes áreas geográficas do Estado pode indicar que há carência de escolas e cursos técnicos em regiões mais afastadas da região metropolitana. Ou seja, pode haver uma demanda de formação que se encontra reprimida, não oportunizando a jovens e, sobretudo, mulheres, o acesso à profissionalização. Isso acaba por resultar em uma falta de acesso à educação técnica de qualidade para as pessoas que vivem nessas áreas mais afastadas, restringindo suas oportunidades educacionais e profissionais. Além disso, a concentração de alunos e instituições de ensino na região metropolitana pode reforçar a centralização de poder e recursos na cidade, perpetuando as desigualdades sociais e econômicas existentes no país. Isso pode levar à criação de uma elite educacional e econômica que tem acesso a oportunidades e recursos, enquanto outras pessoas são excluídas dessas oportunidades (GUZZO, 2005).

Portanto, é importante buscar políticas que possam reduzir a desigualdade na distribuição de recursos e investimentos em educação, bem como expandir a oferta de cursos e instituições de ensino técnico em áreas geográficas que historicamente tiveram menos acesso a essas oportunidades. Isso pode contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

Os cursos técnicos relacionados ao eixo ambiente e saúde, conforme definidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2020a), representam posição de destaque no número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio (EPTNM), modalidade da educação básica. Esse eixo responde por 29,35% do total de matrículas nessa modalidade de ensino. As matrículas da enfermagem correspondem a 62,68% do total de cursos técnicos da área da saúde (BRASIL, 2020b).

Os cursos técnicos formam a maioria dos trabalhadores que prestam cuidados à saúde da população, com ênfase na enfermagem. No Brasil, os profissionais de enfermagem representam aproximadamente 70,2% do total, em

comparação com outras categorias, como médicos 15,7%, dentistas 9,0% e farmacêuticos 4,9% (OPAS, 2021).

Além da centralização do ensino, existe uma problemática pautada na fiscalização das escolas técnicas, o que trouxe perguntas adicionais: as escolas técnicas têm cumprido com as cargas horárias previstas nos regulamentos e diretrizes? O ensino oferecido pelas escolas TE tem sido de qualidade? A falta de fiscalização pode levar a uma série de problemas em relação à qualidade da formação técnica em enfermagem no interior do estado. Neste contexto, o ensino técnico em Enfermagem destaca-se por ser formador de profissionais que exercem o cuidado direto ao paciente, sendo uma ação essencial no cuidado em saúde. Por ser uma profissão que tem umas de suas principais funções o cuidado mais próximo ao usuário dos serviços de saúde, é necessário que traxe investimentos na sua formação, principalmente considerando os percalços da sua trajetória, ao longo da história (MACHADO *et al.*, 2016).

A força de trabalho desses futuros profissionais exerce um grande impacto na qualidade e na quantidade do cuidado, de forma que sua presença é considerada dominante no atendimento de aproximadamente 150 milhões de pessoas que dependem do sistema público de saúde e mais de 40 milhões que utilizam os serviços privados (LORENZETTI, 2011).

Um dos problemas que podem comprometer a formação desses futuros profissionais é o não cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEP), que define os princípios norteadores para a educação profissional de nível médio (EPTNM), tal como preconizado por Brasil (2012), essas diretrizes trouxe a orientação de que a organização curricular aconteça por meio de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, documento norteador dessa modalidade de ensino no país.

A organização dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) com base na concepção de eixos tecnológicos segue os seguintes critérios: presença de uma estrutura tecnológica; existência de um núcleo com abordagem multidisciplinar; inclusão de conhecimentos e habilidades nas áreas de linguagens e comunicação, ciências humanas, matemática e ciências naturais, integrados à Educação Básica e presentes nos currículos; conteúdos alinhados, coerentes e articulados com as demandas do mercado de trabalho, reconhecidos

como princípios educacionais e currículos atualizados. Logo a falta de fiscalização do cumprimento dessas diretrizes por parte das instituições formadoras, pode levar à desatualização do currículo de ensino, tornando-o obsoleto e não condizente com as demandas e necessidades atuais da área de enfermagem. Além da questão da fiscalização, as escolas públicas principalmente as que possuem menor recurso financeiro pode enfrentar maiores dificuldades para atender as diretrizes curriculares, principalmente no que diz respeito a presença de uma estrutura tecnológica (SCHIAVON, SILVESTRI, 2021).

Todos esses problemas podem impactar negativamente a qualidade da formação técnica em enfermagem no interior, o que pode levar a uma formação inadequada e, conseqüentemente, afetar a qualidade dos cuidados de enfermagem prestados à população. Por isso, é importante ter uma fiscalização adequada e garantir que as instituições de ensino técnico sigam padrões de qualidade para oferecer uma formação adequada aos estudantes de todos os estados.

Tabela 2 – Relação de instituições que oferecem o ensino técnico de enfermagem no estado do Rio de Janeiro. (continua)

CIDADES	CURSOS TÉCNICOS EM TODAS AS ÁREAS	CURSOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM	ALUNOS MATRICULADOS	REGIÃO
RIO DE JANEIRO	239	94	13020	METROPOLITANA
DUQUE DE CAXIAS	55	35	2510	METROPOLITANA
NOVA IGUAÇU	36	21	2700	METROPOLITANA
SÃO GONÇALO	12	10	2500	METROPOLITANA
CAMPOS DOS GOYTACAZES	23	8	700	NORTE
NITERÓI	23	8	1700	METROPOLITANA
VOLTA REDONDA	24	8	770	MÉDIO PARAÍBA
MACAÉ	17	7	400	NORTE
NILÓPOLIS	13	7	850	METROPOLITANA
PETRÓPOLIS	14	7	200	SERRANA
ITAPERUNA	14	5	200	NOROESTE
MAGÉ	7	5	400	METROPOLITANA
NOVA FRIBURGO	11	5	550	SERRANA
QUEIMADOS	7	5	500	METROPOLITANA
RIO DAS OSTRAS	9	5	250	LAGOS
BOM JESUS DO ITABAPOANA	6	4	250	NOROESTE
CABO FRIO	10	4	270	LAGOS
ARARUAMA	5	3	00	LAGOS
BARRA DO PIRAÍ	6	3	290	MÉDIO PARAÍBA
ITAGUAÍ	7	3	310	COSTA VERDE
MARICÁ	5	3	280	LAGOS
RESENDE	9	3	330	MÉDIO PARAÍBA
RIO BONITO	4	3	400	LAGOS
ANGRA DOS REIS	6	2	300	COSTA VERDE
BARRA MANSA	11	2	00	MÉDIO PARAÍBA
BELFORD ROXO	7	2	260	METROPOLITANA
CONCEIÇÃO DE MACABU	4	2	320	NORTE
CORDEIRO	6	2	00	SERRANA
ITAOCARA	2	2	220	NOROESTE
JAPERI	5	2	150	METROPOLITANA
MESQUITA	4	2	300	METROPOLITANA
MIRACEMA	3	2	380	NOROESTE

Tabela 2 – Relação de instituições que oferecem o ensino técnico de enfermagem no estado do Rio de Janeiro. (continuação)

SÃO FIDÉLIS	3	2	250	NORTE
SAQUAREMA	3	2	420	LAGOS
TERESÓPOLIS	8	2	250	SERRANA
TRÊS RIOS	8	2	200	CENTRO SUL
IGUABA GRANDE	1	1	170	LAGOS
ITABORAÍ	9	1	22	METROPOLITANA
MENDES	2	1	180	CENTRO SUL
PARAÍBA DO SUL	2	1	00	CENTRO SUL
SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	4	1	200	NOROESTE
SÃO PEDRO DA ALDEIA	4	1	160	LAGOS
SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	1	1	0	SERRANA
SEROPÉDICA	2	1	170	METROPOLITANA
VASSOURAS	4	1	150	CENTRO SUL
APERIBÉ	1	0	0	NOROESTE
AREAL	0	0	0	CENTRO SUL
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	1	0	0	LAGOS
ARRAIAL DO CABO	1	0	0	LAGOS
BOM JARDIM	2	0	0	SERRANA
CACHOEIRAS DE MACACU	2	0	0	SERRANA
CAMBUCI	3	0	0	NOROESTE
CANTAGALO	1	0	0	SERRANA
CARDOSO MOREIRA	2	0	0	NORTE
CARMO	1	0	0	SERRANA
CASIMIRO DE ABREU	1	0	0	LAGOS
DUAS BARRAS	1	0	0	SERRANA
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	2	0	0	CENTRO SUL
GUAPIMIRIM	1	0	0	SERRANA
ITALVA	2	0	0	NOROESTE
ITATIAIA	1	0	0	MÉDIO PARAÍBA
LAJE DO MURIAÉ	0	0	0	NOROESTE
MANGARATIBA	1	0	0	COSTA VERDE
MIGUEL PEREIRA	3	0	0	CENTRO SUL
NATIVIDADE	2	0	0	NOROESTE
PARACAMBI	6	0	0	CENTRO SUL
PARATI	1	0	0	COSTA VERDE
PATY DO ALFERES	1	0	0	CENTRO SUL

Tabela 2 – Relação de instituições que oferecem o ensino técnico de enfermagem no estado do Rio de Janeiro. (conclusão)

PINHEIRAL	2	0	0	MÉDIO PARAÍBA
PIRAÍ	2	0	0	MÉDIO PARAÍBA
PORCIÚNCULA	1	0	0	NOROESTE
PORTO REAL	0	0	0	MÉDIO PARAÍBA
QUISSAMÃ	1	0	0	NORTE
RIO CLARO	3	0	0	MÉDIO PARAÍBA
RIO DAS FLORES	1	0	0	MÉDIO PARAÍBA
SANTA MARIA MADALENA	0	0	0	SERRANA
SÃO JOÃO DA BARRA	1	0	0	NORTE
SÃO JOÃO DE MERITI	1	0	0	METROPOLITANA
SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	1	0	0	SERRANA
SAPUCAIA	1	0	0	CENTRO SUL
SILVA JARDIM	0	0	0	LAGOS
TANGUÁ	0	0	0	METROPOLITANA
TRAJANO DE MORAIS	0	0	0	SERRANA
VALENÇA	0	0	0	MÉDIO PARAÍBA
VARRE-SAI	0	0	0	NOROESTE

Fonte: Autora, 2023.

Na tabela 2, na primeira coluna, encontramos uma lista dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que, dentre esses municípios, 40 não contam com cursos técnicos de enfermagem disponíveis. Na segunda coluna da tabela 3, temos a quantidade de cursos técnicos por município que totalizam 291 instituições, enquanto na terceira coluna, temos a quantidade de escolas técnicas de enfermagem disponíveis em cada município do Rio.

Na pesquisa, chegamos há um número de 33.680 estudantes matriculados em cursos técnicos de enfermagem em todo o estado do Rio de Janeiro, sendo que a cidade do Rio de Janeiro se destaca com 94 cursos técnicos disponíveis, seguida

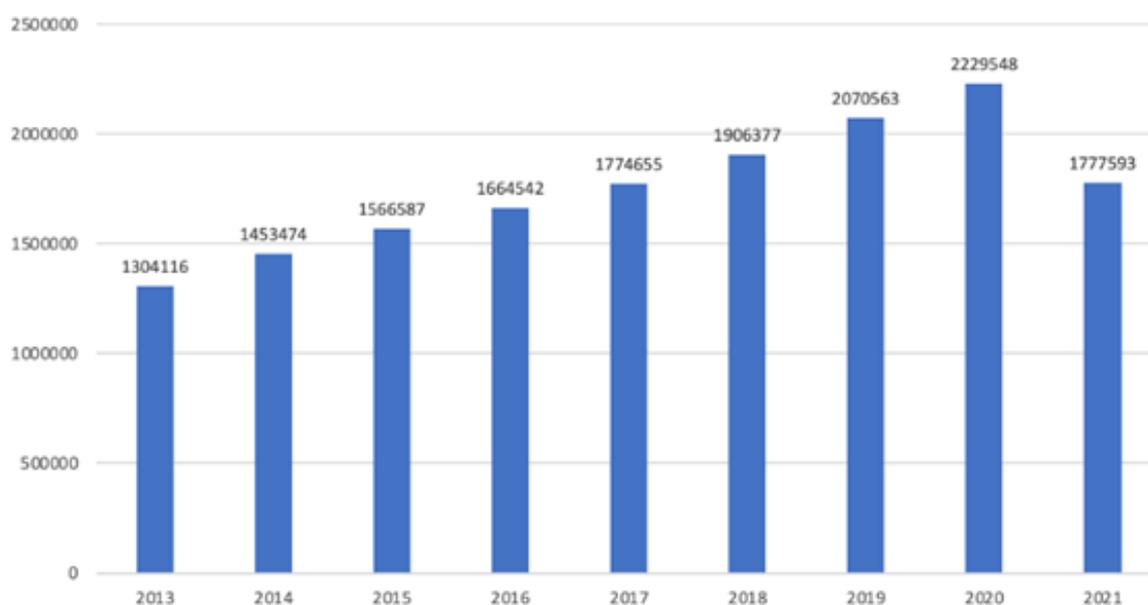
por Duque de Caxias com 35 cursos e Nova Iguaçu com 21 cursos disponíveis, entre escolas particulares e escolas públicas.

Sabe-se que, nos últimos anos, as instituições privadas de ensino realizaram um aumento de escolas e vagas em todo o território, assumindo, quase como um monopólio, a formação de profissionais da saúde. No Censo da Educação Básica de 2019, as matrículas em cursos técnicos estão concentradas principalmente na rede privada, com 41,2%, seguida das redes estadual e federal, com 38,3% e 18,7%, respectivamente (BRASIL, 2019).

Na pesquisa, vale ressaltar que o ensino técnico se apresentou sendo predominantemente fornecido por escolas privadas. Isso se deve, em parte, ao fato de que a formação técnica tem sido vista como um verdadeiro chamariz para a empregabilidade, sendo assim, uma ótima vantagem para que as instituições privadas comercializem o curso de formação TE. Essa lógica de funcionamento da educação no modo de produção capitalista está subsumida à forma mercadoria, ou seja, circunscrita tanto como valor de uso quanto como valor de troca, destinado a atender às necessidades humanas (GAWRYZEWSKI, 2021).

As escolas privadas podem oferecer cursos técnicos em uma ampla variedade de áreas, como tecnologia da informação, saúde, administração, entre outras. As taxas de matrícula e os requisitos de admissão variam de acordo com a instituição e a região, e geralmente são mais acessíveis em comparação com a educação superior tradicional, como as faculdades e universidades. No entanto, é importante notar que, embora a formação técnica possa ser uma alternativa atraente para muitos estudantes, ela não substitui completamente uma educação superior. Alguns empregadores podem exigir uma educação mais avançada ou especializada, e muitos profissionais optam por continuar seus estudos em níveis mais altos para progredir em suas carreiras. Compreendemos, portanto, que a busca por uma educação voltada para uma melhor colocação no mercado de trabalho através do exercício de uma função especializada tem sido uma realidade. É nítidos os contornos de classe delineados nas expectativas dos estudantes acerca da formação técnica, que enxergam na certificação um caminho para maior reconhecimento social e ascensão econômica (GAWRYZEWSKI, 2021).

Figura 2 – Evolução cronológica do registro de Técnicos de Enfermagem no estado do Rio de Janeiro de 2013 a 2021.



Fonte: Sistema COFEN e COREN, 2013- 2021.

Com base nos dados disponíveis, é possível traçar um panorama do crescimento do número de técnicos no estado ao longo do tempo e identificar possíveis tendências.

Algumas informações que podem ser relevantes para essa análise incluem o número total de técnicos registrados no COREN no estado, 1.777.593 TE. Além disso, é importante levar em consideração possíveis fatores que possam influenciar a crescente do número de técnicos até o ano 2020, como a grande oferta de cursos que são verdadeiros chamariz para a empregabilidade.

Sem garantia de qualidade da formação, as pessoas são atraídas pela facilidade de se inserir no mercado de trabalho devido a demanda crescente de profissionais na saúde no mercado de trabalho.

O fator empregabilidade é especialmente importante porque, a enfermagem é uma profissão feminina e mulheres periféricas sobretudo buscam oportunidade de emprego na enfermagem. A enfermagem, por tradição e cultura, sempre contribuiu para essa feminilização da saúde. Os dados da pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil de 2013 realizada pela FIOCRUZ/COFEN confirmam essa assertiva. A equipe de enfermagem é predominantemente feminina, ou seja, 85,1% são mulheres. Além de ser uma profissão composta em sua maioria por mulheres, é composta em maior

parte por jovens, o estudo registrou: 40% do seu contingente com idade entre 36-50 anos; (38%) entre 26-35 anos; 2% com idade acima de 61 anos. Na pesquisa observa-se que 1/4 do contingente tem até 30 anos.

Com as oportunidades de crescimento profissional, a profissão faz com que muitas pessoas também se interessem pela área como uma opção de carreira promissora e com grande potencial de empregabilidade, porém dessas pessoas não vão ter acesso a uma formação que capacita o profissional e o qualifique para o mercado, gerando um serviço de baixa qualidade para a população.

Nos anos 2000 foi criada a RET-SUS que era uma rede de escolas técnicas, que tinha como objetivo oferecer formação técnica e profissional na área da saúde, visando aprimorar a qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

Entre as propostas da RET-SUS, destacam-se:

- a) Oferecer cursos técnicos na área da saúde: A rede tem como objetivo oferecer cursos técnicos de qualidade na área da saúde, visando formar profissionais qualificados e capazes de atuar de forma eficiente no SUS;
- b) Desenvolver currículos alinhados com as necessidades do SUS: A RET-SUS busca desenvolver currículos alinhados com as necessidades do SUS, visando capacitar os estudantes para atuar nas diversas áreas do sistema de saúde;
- c) Estimular a pesquisa e a inovação na área da saúde: A rede também tem como objetivo estimular a pesquisa e a inovação na área da saúde, contribuindo para o desenvolvimento de novas tecnologias e soluções para o SUS;
- d) Promover a integração entre as instituições de saúde: A RET-SUS busca promover a integração entre as instituições de saúde, incentivando a troca de experiências e conhecimentos entre profissionais e estudantes; capacitar os profissionais de saúde em exercício: A rede também oferece cursos de capacitação para os profissionais de saúde que já estão em exercício, visando aprimorar suas habilidades e conhecimentos e contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo SUS.

Em resumo, a proposta da RET-SUS era capacitar profissionais de saúde qualificados e alinhados com as necessidades do SUS, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população brasileira (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Se a RET-SUS ainda estivesse ativa, apoiaria as escolas técnicas, e talvez não encontraríamos esse cenário atual, onde não se encontra publicidade nas informações, onde os dados são frágeis e sobretudo essa ausência de informações no interior do estado. A mudança de nos rumos políticos, que impactou a formação técnica, essa lacuna existe, gera preocupação, porque são esses técnicos que estão atendendo a população, estão ocupando espaço no nosso sistema de saúde, hoje existe a necessidade de reformulação na sua atuação (BRASIL, 2023).

Na figura 2, observa-se uma diminuição no número de profissionais entre os anos de 2020 e 2021. É provável que a principal causa dessa redução tenha sido a pandemia de COVID-19, que ocorreu durante esse período.

Infelizmente, durante a pandemia de COVID-19, muitos profissionais de saúde, incluindo técnicos de enfermagem, perderam suas vidas devido à infecção pelo vírus. Esses profissionais trabalhavam na linha de frente da pandemia, arriscando suas próprias vidas para ajudar a salvar a vida de outros. Eles estavam expostos diariamente a pacientes infectados pelo vírus, muitas vezes com equipamentos de proteção individual inadequados ou insuficientes. Além da grande exposição ao vírus, tivemos os profissionais que abandonaram a profissão por motivos de adoecimento físico e mental.

Comparando a tabela 1 com a coluna de 2021 apresentado na figura 2, percebemos que houve uma retomada pela procura do curso TE no ano de 2022. Após a pandemia a procura pelo curso técnico de enfermagem cresceu, teve uma procura de 33.680 pessoas inscritas em todo estado do Rio de Janeiro, como mencionado anteriormente, o aumento se deu principalmente na região metropolitana com 75% em relação as outras regiões do estado.

A análise desse panorama de crescimento durante a pandemia de COVID-19 e outras possíveis tendências relacionadas ao aumento do número de técnicos de enfermagem no Brasil ao longo do tempo, destaca a importância de compreender a evolução histórica dessa profissão, e principalmente entender as condições e perfil destas regiões desfavorecidas.

O estado do Rio de Janeiro enfrenta desafios experimentados em relação ao sistema de saúde, e um dos problemas centrais é a concentração dos serviços de saúde nas áreas metropolitanas, em especial na capital, Rio de Janeiro. Essa concentração na região metropolitana tem gerado diversos problemas para as regiões norte e nordeste principalmente, que são lugares mais afastados, e que sofrem com a falta de infraestrutura adequada, escassez de recursos e dificuldade de acesso a educação, impactando diretamente a oferta de serviços de saúde com qualidade.

De acordo com os indicadores econômicos gerados pelo Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – Ceperj, no qual têm por objetivo acompanhar o comportamento da economia do estado do Rio de Janeiro, através de estatísticas mensais sobre a Finanças Públicas (Fundo de Participação dos Municípios – FPM; Fundo de Participação dos Estados – FPE; Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI-EXP); Emprego Formal; Indústria; Comércio; Serviços e Arrecadação do ICMS oferecendo, aos estudiosos e ao público em geral, uma base de indicadores necessários às análises conjunturais da regiões.

A região norte e noroeste são exemplos onde a população é mais empobrecida, e não tem a mesma oferta de equipamentos sociais. A escassez de instituições de formação e a busca por trabalho por parte de profissionais da saúde em áreas mais distantes dos centros urbanos, é um aspecto relevante nessa discussão. Muitos profissionais são atraídos por oportunidades de emprego e recursos disponíveis nas grandes cidades. É preciso migrar para região metropolitana para ter acesso a empregabilidade que é destacada como um fator significativo, especialmente entre mulheres em regiões periféricas.

Como mencionado, a feminização da enfermagem também deve ser considerada, enfatizando sua tradição como uma profissão predominantemente feminina. A presença majoritária de mulheres e a distribuição etária dos profissionais são elementos contextuais relevantes para a formação e o emprego desses técnicos. Uma preocupação relevante é ressaltada: embora a profissão atraia muitos interessados devido às oportunidades de emprego, principalmente pós pandemia, como mencionado, não são todos que têm acesso a uma formação de qualidade. Resultando em profissionais inadequadamente capacitados, impactando

negativamente a qualidade dos serviços de saúde prestados à população em todo o estado (LOPES, 2005).

Em resumo, a análise buscou incluir alguns elementos relevantes que parecem afetar a distribuição e oferta de cursos de formação de técnicos de enfermagem no Estado. Diante da escassez de estudos recentes, foram levantadas hipóteses empíricas em torno dos fatores que influenciam a escolha da profissão, até as consequências da falta de formação adequada. Destaca-se, ainda a importância de iniciativas como a RET-SUS, e ressalta-se os impactos da pandemia, proporcionando uma visão o mais ampliada o possível sobre os desafios e tendências na formação técnica de enfermagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu um mapeamento descritivo, num estudo de características seccionais, a partir dos dados secundários e do contato direto com as instituições formadoras.

Estabelecer contato direto com as instituições e efetivar o levantamento de dados secundários foram de grande importância na identificação de quais os municípios têm a maior oferta de instituições formadoras, havendo destaque para algumas regiões.

É importante destacar a escassez e inacurácia de dados fidedignos sobre a formação técnica. O uso de dados na educação permite conformar informações para conhecer a realidade do ensino e planejar ações, sendo de extrema importância para a gestão em qualquer área. Na educação em geral, e no ensino de enfermagem, em particular, isso não é diferente.

Além dos dados, é importante ressaltar que a falta de acesso à formação de qualidade fortalece o ciclo de desigualdade social em algumas regiões do Estado, já que indivíduos com pouco ou menos acesso dificilmente conseguem mudar sua condição ao longo da vida, enquanto aqueles que moram em lugares com maior oferta de instituições podem estudar mais e, por consequência, se tornarem profissionais com melhores condições.

A proposta de disseminação do estudo está pautada no retorno para os resultados para os profissionais da enfermagem e a população que tem interesse em cursar o curso de Técnico em enfermagem, assim como a divulgação dos resultados em eventos importantes da área da saúde. Pretende-se, ainda elaborar artigos para publicação em periódicos da área como forma de contribuir para os debates com vistas à melhoria da formação técnica em enfermagem.

## REFERÊNCIAS

- AVALIAÇÃO do impacto do Profae na qualidade dos serviços de saúde. **Formação**. Brasília, DF, n. 7, p. 5-21, 2003. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewi60Kb2xJ6AAxUjHrkGHcTpAnwQFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.usp.br%2Fbitstreams%2F6b15eb62-431f-4a77-b203-456c0af5ad87&usq=AOvVaw1oZ\\_PkYxwRik1eHsFczbb\\_&opi=89978449](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKewi60Kb2xJ6AAxUjHrkGHcTpAnwQFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.usp.br%2Fbitstreams%2F6b15eb62-431f-4a77-b203-456c0af5ad87&usq=AOvVaw1oZ_PkYxwRik1eHsFczbb_&opi=89978449). Acesso em: 4 abr. 2023.
- BELTRÃO; CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Ensino fundamental: diferenças regionais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 2. 2002, p. 135-157. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2838>. Acesso em: 29 mai. 2023.
- BUJDOSO, Y. L. V. *et al.* A academia e a divisão social do trabalho na enfermagem no setor público: aprofundamento ou superação? **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 12, n. 5, p. 1363- 1374. São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RLJ4SPdXR3tqgmFmhbtwpMS/?lang=pt#>. Acesso em: 04 out. 2022.
- BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dez. 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 18 abr. 2023.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. **Diário Oficial da União**. Ministério da Educação. Brasília, 2013. Disponível em: [ortal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 9 jun. de 2021.
- CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 27 mai. 2022.
- BRASIL. **Curso de formação de facilitadores de educação permanente em saúde: unidade de aprendizagem: análise de conteúdo da gestão e das práticas em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/curso\\_facilitadores\\_analise.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/curso_facilitadores_analise.pdf). Acesso em: 9 jun. 2021.

**Doença pelo Coronavírus COVID-19: painel geral.** Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 28 fev. 21.

DOENÇA pelo Coronavírus COVID-19. **Boletim Epidemiológico Especial**, n. 52, 2021. Semana Epidemiológica 8 (21 a 27/2/2021) Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/05/boletim\\_epidemiologico\\_covid\\_52\\_final2.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/marco/05/boletim_epidemiologico_covid_52_final2.pdf). Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humaniza SUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS**. 4ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\\_documento\\_gestores\\_trabalhadores\\_sus.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf). Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. **Protocolo de manejo clínico para o novo coronavírus (2019-nCoV)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/03/protocolo-manejo-coronavirus.pdf>.

BRASIL. **Portaria de Consolidação Nº 2, de 28 de setembro de 2017. Anexo XL.** Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Diário Oficial da União. Brasília, 2017. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002\\_03\\_10\\_2017.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html). Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Ministério da Educação. 2020a. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. **Parecer Conselho Nacional de Educação e Conselho de Professores (CNE/CP) N.º: 17/2020**. Ministério da Educação. 2020b. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECPN172020.pdf?query=BNCC%20EI%5C/EF](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN172020.pdf?query=BNCC%20EI%5C/EF). Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica**. 2022. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica>. Acesso em: 1 nov. 2022.

BRASIL. Supervisão do Profae Brasília. **Documento de orientação**. 2002. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Orientacao\\_para\\_Supervisao.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Orientacao_para_Supervisao.pdf). Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Saúde: promovendo a educação profissional**. Brasília: Profae. 2002a. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/profae/Revista2008.pdf>. Acesso em 15 jan. 2023.

BRASIL. **1º Fórum Nacional do Profae: construindo uma política pública de formação profissional em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde. Relatório final. 2022b. Disponível em:

[https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/profae/forum\\_parte1.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/profae/forum_parte1.pdf). Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL, **Encontro Nacional: Trabalho e educação na Saúde do SUS 2023**.

Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/eventos/encontro-nacional-sgtes/publicacoes/gt-e-es-os-novos-desafios-da-sgtes>. Acesso em: 9 de ago. de 2023.

BREHMER, L. C. F.; RAMOS, F. R. S. Integração ensino-serviço: implicações e papéis em vivências de cursos de Graduação em Enfermagem. **Revista Escola de Enfermagem USP [Internet]**, v. 48, n. 1, p. 119-26, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/qKZMCmsVYfTFNT7F7W97gzP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2023.

BRITO, F. M. M.; ROZENDO, C. A.; PEREIRA, J. P. C. O laboratório de enfermagem e a formação crítica do enfermeiro: uma reflexão. **Enfermagem em Foco**, v. 9, n. 1, p. 36-40, 2018. Disponível em:

<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1859>. Acesso em: 2 mai. 2023.

COELHO BRITO, M. da C. *et al.* Formação do enfermeiro para a atenção básica: Um olhar sobre o conhecimento produzido. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2018. Disponível em:

<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1183>. Acesso em: 11 jun. 2023.

CAMARGO, R. A. A. de. *et al.* Avaliação da formação do técnico de enfermagem por enfermeiros da prática hospitalar. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 19, n. 4, p. 962-968, 2015. Tradução. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002755321>. Acesso em: 27 jan. 2023.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez./2013. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 26 abr. 2023.

CASTRO. **As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro**. In: **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio De Janeiro: Ipea, 2000, p. 425-458.

COLONI, C. S. M. *et al.* Prática pedagógica na educação profissional em enfermagem de nível médio. **Cogitare Enfermagem**, v. 21, n. 1, p. 1-9, 2016.

Acesso em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-703>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Decreto nº 94.406/87**. Diário Oficial da União, n. 94, p. 8853 – 8855. 1987. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687\\_4173.html](http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html). Acesso em: 22 jun. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 609/2019**. Diário Oficial da União, n.126, p. 89. 2019. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-609-2019\\_72133.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-609-2019_72133.html). Acesso em: 5 abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Parecer Normativo nº 001/2019/COFEN**. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/parecer-normativo-no-001-2019\\_72123.html](http://www.cofen.gov.br/parecer-normativo-no-001-2019_72123.html). Acesso em: 15. jul. 2022.

FRANCO, M. T.; MILLÃO, L. F. Integração ensino-serviço na formação técnica de enfermagem. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, Goiás, Brasil, v. 22, p. 55299, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/55299>. Acesso em: 18 mai. 2023. GATTI, B. A. Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave. **Revista Diálogo e Educação**, Curitiba, v. 06, n. 19, p. 25-35, Dec./2006. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-416X2006000300003&lng=en&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2006000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 fev. 2023.

GAWRYZEWSKI, B.; BOVOLENTA, M. B. DE FARIAS, M. E. A. L. Empresariamento da Educação na Formação do Técnico em Enfermagem. **Revista Germinal: Marxismo em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 397–427, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/2074>. Acesso em: 9 ago. 2023.

GÓES, F. dos S. N. de. *et al.* Necessidades de aprendizagem de alunos da Educação Profissional de Nível Técnico em Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 1, p. 20–25, jan./2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/bPmFq5twJwCcSYj5MFrkMVG/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 jun. 2023.

GUZZO, R. S. L.; EUZEBIOS FILHO, A. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos educ.**, birité, v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso). acessos em 14 mai. 2023.

KURIMOTO, T. C. S.; COSTA, A. S. M. A formação de graduação em enfermagem: o currículo e seus discursos. **Revista Professare**, Caçador, v. 5, no 1, p. 79-100, 2016. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&act=8&ved=2ahUKEwislqueoZ6AAxWtBbkGHYLJD08QFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.uniarp.edu.br%2Findex.php%2Fprofessare%2Farticle%2Fdownload%2F803%2F423&usg=AOvVaw1xH8ks4xLxvXag98oXbRxb&opi=89978449>. Acesso em: 20 mai. 2023.

LAZZARI, D. D. *et al.* Estratégias de ensino do cuidado em enfermagem: um olhar sobre as tendências pedagógicas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 32, n. 4, p. 688–694, dez./2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/HnjtZfkGjhXF5MngMVPNYPB/?lang=pt#>. Acesso em: 19 jan. 2023.

LOPES, M. J. M.; LEAL, S. M. C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira **Caderno Pagu**, v. 24, p. 105–125, jun./2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/W4mKrfz7znsdGBdJxMHsGPG/#>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MACHADO, M. H. **Perfil da enfermagem no Brasil: relatório final: Brasil**. Rio de Janeiro; NERHUS - DAPS - ENSP/Fiocruz; 2017. 750p. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/pdfs/relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.

MACHADO, M. H. *et al.* Aspectos gerais da formação da enfermagem: o perfil da formação dos enfermeiros, técnicos e auxiliares. **Enfermagem em Foco (Brasília)**, v. 7(esp), p. 15-34. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1028269>. Acesso em: 3 fev. 2023.

MARQUES, C. M. DA S.; EGRY, E. Y. As competências profissionais em saúde e as políticas ministeriais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 1, p. 187–193, mar./2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/zhTfQZnQZ5TfZ79KhGvw9FK/#>. Acesso em: 23 mar. 2023.

NOGUEIRA, M. L.; BARBOSA, I. da C. Programa de Formação Técnica em Enfermagem para Agentes de Saúde: quando uma formação profissional se torna mais uma ameaça ao SUS. **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/971>. Acesso em: 12 jan. 2023.

OLIVEIRA, B. M. F.; DAHER, D. V. A prática educativa do enfermeiro preceptor no processo de formação: o ensinar e o cuidar como participantes do mesmo processo. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 113–138, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/2074>. Acesso em: 17 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Principais estatísticas sobre a força de trabalho de enfermagem nas Américas (perfis dos países)**, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/principais-estatisticas-sobre-forca-trabalho-enfermagem-nas-americas-perfis-dos-paises>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PADOVANI, O.; CORRÊA, A. K. Currículo e formação do enfermeiro: desafio das universidades na atualidade. **Saúde e Transformação Social**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p.112-119, mai-ago/2017. Disponível em: <https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/3841>. Acesso em: 13 jun. 2023.

PAIVA, J. M. M. *et al.* Egressos da formação técnica em enfermagem na modalidade integrada: uma trajetória permeada por desafios. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 7, p. e177621, 2021.

Disponível em:

<https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1776>.

Acesso em: 21 jun. 2023.

PEREIRA, I. D. F.; LAGES, I. Diretrizes curriculares para a formação de profissionais de saúde: competências ou práxis? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 2, p. 319-38, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-676000>. Acesso em: 10 fev. 2023.

RIGON, A. G.; NEVES, E. T. Educação em saúde e a atuação de Enfermagem no contexto de unidades de internação hospitalar: o que tem sido ou há para ser dito? **Revista Texto e Contexto Enfermagem**, v. 20, n. 4, p. 812 – 817, out./2011.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Gc4LJkBFJbkjVpyc7GB3Zgt/#>. Acesso em: 4 mar. 2023.

RIGOTTI, J. I. R. A transição da escolaridade no Brasil e as desigualdades regionais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 18, n. 1/2, p. 59–73, 2001. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/344>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SILVA, C. R. A.; RIGHI, D. L.; PELZER, M. T. Competências desenvolvidas no processo de formação profissional dos técnicos de enfermagem da região sul do Rio Grande do Sul. **Educação**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. e56/ 1–23, 2021. DOI: Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/41514>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SILVA, M. P.; MEDEIROS, S. M.; QUENTAL, L. L. C. Relacionamento interpessoal da equipe de enfermagem: fragilidades e fortalezas. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 24, n. 5, p. e7657, out./2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/7657/20372>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SOUZA, M. T; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-6, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 12 jun. 2023.

SCHIAVON, I. C.A.; SILVESTRI, K. V. T.; Panorama atual da matriz curricular dos cursos Técnicos de Enfermagem da Rede Federal de Educação. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 21, p. e11985, dez./2021.

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/370441553\\_Panorama\\_atual\\_da\\_matriz\\_curricular\\_dos\\_cursos\\_tecnicos\\_em\\_enfermagem\\_da\\_Rede\\_Federal\\_de\\_Educacao](https://www.researchgate.net/publication/370441553_Panorama_atual_da_matriz_curricular_dos_cursos_tecnicos_em_enfermagem_da_Rede_Federal_de_Educacao).

Acesso em: 25 abr. 2023.

**APÊNDICE – Cronograma**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>2º Semestre 2021</b>	<b>1º Semestre 2022</b>	<b>2º Semestre 2022</b>	<b>1º Semestre 2023</b>
<b>1.Elaboração do Projeto</b>				
<b>2.Defesa do Projeto de dissertação do Mestrado</b>				
<b>3.Coleta de dados</b>				
<b>4.Análise e discussão dos resultados</b>				
<b>5.Elaboração de Relatório Final</b>				
<b>6. Defesa da Dissertação</b>				